Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações Pátria Private Equity IV
CNPJ nº 13.451.738/0001-17

Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2023 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Deloitte Touche Tohmatsu
Av. Dr. Chucri Zaidan, 1.240 -
4º ao 12º andares - Golden Tower
04711-130 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: + 55 (11) 5186-1000
Fax: + 55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Cotistas e ao Administrador do
Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações Pátria Private Equity IV
(Administrado pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A.)
São Paulo – SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações Pátria Private Equity IV ("Fundo"), que compreendem a demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e de fluxo de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações Pátria Private Equity IV em 31 de dezembro de 2023 e o desempenho de suas operações para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em cotas de fundos de investimentos em participações.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Fundo de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Conforme nota explicativa nº 16 às demonstrações financeiras, devido ao prazo de duração do Fundo, o administrador está tomando as providências de convocação de assembleia de cotistas para deliberação dos procedimentos necessários decorrentes do término do prazo de duração do Fundo. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited ("DTTL"), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a "organização Deloitte"). A DTTL (também chamada de "Deloitte Global") e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about

A Deloitte fornece serviços de auditoria e asseguração, consultoria tributária, consultoria empresarial, assessoria financeira e consultoria em gestão de riscos para quase 90% das organizações da lista da Fortune Global 500® e milhares de outras empresas. Nossas pessoas proporcionam resultados mensuráveis e duradouros para ajudar a reforçar a confiança pública nos mercados de capitais e permitir aos clientes transformar e prosperar, e lideram o caminho para uma economia mais forte, uma sociedade mais equitativa e um mundo sustentável. Com base nos seus mais de 175 anos de história, a Deloitte abrange mais de 150 países e territórios. Saiba como os cerca de 457 mil profissionais da Deloitte em todo o mundo causam um impacto importante em www.deloitte.com.

© 2024. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Existência e Valorização das cotas do Fundo Investido

Em 31 de dezembro de 2023, o Fundo detinha investimentos em cotas do Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("Fundo Investido"). Conforme nota explicativa nº 3b às demonstrações financeiras, as cotas do Fundo Investido são atualizadas diariamente com base nos valores divulgados pelo seu respectivo administrador. Esse Fundo Investido possui, dentre outros ativos, investimentos em ações de companhias de capital fechado ("companhias investidas indiretas"), sem negociação em bolsa de valores. A valorização das cotas do Fundo Investido, impactadas pela mensuração do valor justo das companhias investidas indiretas do Fundo, é relevante no contexto das demonstrações financeiras e envolve elevado nível de julgamento por parte de seu administrador, pois dependem de técnicas de avaliação baseadas em premissas subjetivas e com alto grau de incerteza relacionadas principalmente a taxa de desconto para o cálculo a valor presente, taxas de crescimento na perpetuidade, taxas de crescimento das receitas e projeção dos custos de despesas futuros. Dessa forma, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria?

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do processo de conciliação e de custódia do Administrador, das posições dos investimentos detidos pelo Fundo no Fundo Investido; (ii) a obtenção da composição detalhada dos ativos financeiros do Fundo e sua comparação com os respectivos registros contábeis na data-base; (iii) análise das demonstrações financeiras do Fundo Investido com o objetivo de identificar possíveis assuntos que pudessem impactar as demonstrações financeiras do Fundo; (iv) revisão dos principais procedimentos de auditoria realizados pelos auditores independentes com relação a existência e valor justo das companhias investidas indiretas; (v) o recálculo da valorização das cotas do Fundo por meio do valor de cota divulgado pelo respectivo administrador do Fundo Investido; e (vi) avaliação das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras do Fundo.

Baseados nos procedimentos de auditoria efetuados e nos resultados obtidos, consideramos aceitáveis a existência e valorização das cotas do Fundo Investido, no contexto das demonstrações financeiras do Fundo tomadas como um todo.

Responsabilidades do Administrador do Fundo pelas demonstrações financeiras

O Administrador é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em cotas de fundos de investimentos em participações e pelos controles internos que o Administrador determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, o Administrador é responsável pela avaliação da capacidade de o Fundo continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que o Administrador pretenda liquidar o Fundo ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

© 2024. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Fundo.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pelo Administrador.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pelo Administrador, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Fundo. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Fundo a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com o Administrador a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

© 2024. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Deloitte.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com o Administrador, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 29 de maio de 2024

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Wellington França Da Silva
Contador
CRC nº 1 SP 260165/O-1

198570

© 2024. Para mais informações, contate a Deloitte Global.

Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações Pátria Private Equity IV

CNPJ n° 13.451.738/0001-17
(Administrado pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A.)
(CNPJ nº 01.522.368/0001-82)

Demonstração da Posição Financeira

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

Aplicações - Especificações	2023	% sobre o patrimônio líquido	2022	% sobre o patrimônio líquido
Disponibilidades	23	0,08	2	0,01
Cotas de fundos de investimento em participações	28.619	99,94	34.793	100,12
Brazilian Private Equity IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	28.619	99,94	34.793	100,12
Valores a receber	-	-	3	0,01
Valores a pagar	(5)	(0,02)	(47)	(0,14)
Patrimônio líquido	28.637	100,00	34.751	100,00

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações Pátria Private Equity IV

CNPJ n° 13.451.738/0001-17
(Administrado pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A.)
(CNPJ nº 01.522.368/0001-82)

Demonstração do Resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Composição do resultado dos exercícios		
Cotas de Fundos	(6.174)	(3.585)
Resultado com cotas de fundos de investimento	(6.174)	(3.585)
Demais receitas	-	15
Outras receitas	-	15
Demais despesas	(85)	(80)
Remuneração da administração e gestão	(70)	(75)
Taxa de fiscalização	(13)	(5)
Despesas auditoria	(2)	-
Resultado dos exercícios	(6.259)	(3.650)

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações Pátria Private Equity IV

CNPJ n° 13.451.738/0001-17

(Administrado pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A.)

(CNPJ nº 01.522.368/0001-82)

Demonstração do Resultado Abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de Reais)

	2023	2022
Resultado líquido dos exercícios	(6.259)	(3.650)
Outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente dos exercícios	(6.259)	(3.650)

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações Pátria Private Equity IV

CNPJ n° 13.451.738/0001-17

(Administrado pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A.)

(CNPJ nº 01.522.368/0001-82)

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores em milhares de Reais, exceto o valor unitário das cotas)

	2023	2022
Patrimônio líquido no início dos exercícios	**34.751**	**37.155**
Total de 14.803,411 cotas a R$ 2.347,473926 cada uma	34.751	
Total de 14.152,664 cotas a R$ 2.625,333729 cada uma		37.155
Cotas emitidas no exercício	**145**	**1.246**
71,858 cotas	145	
650,747 cotas		1.246
Patrimônio líquido antes do resultado dos exercícios	**34.896**	**38.401**
Resultado dos exercícios	(6.259)	(3.650)
Patrimônio líquido no final dos exercícios		
Total de 14.875,269 cotas a R$ 1.925,178734 cada uma	**28.637**	
Total de 14.803,411 cotas a R$ 2.347,473926 cada uma		**34.751**

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações financeiras.

Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações Pátria Private Equity IV

CNPJ n° 13.451.738/0001-17
(Administrado pelo Banco BNP Paribas Brasil S.A.)
(CNPJ nº 01.522.368/0001-82)

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Direto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

Em milhares de Reais

	2023	2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Pagamento de despesas com taxa de administração	(86)	(48)
Pagamento de despesas com taxa de distribuição	(5)	(9)
Pagamento de despesas de auditoria	(24)	(23)
Pagamento de outras despesas administrativas	(9)	(8)
Demais pagamento e recebimentos	-	15
Caixa líquido das atividades operacionais	**(124)**	**(73)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento		
Aplicação em cotas de Fundos	-	(1.246)
Caixa líquido das atividades de investimentos	**-**	**(1.246)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Cotas emitidas		
Cotas emitidas pelo Fundo	145	1.246
Caixa líquido das atividades de financiamento	**145**	**1.246**
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	**21**	**(73)**
Caixa e equivalentes de caixa - início dos exercícios	2	75
Caixa e equivalentes de caixa - fim dos exercícios	23	2

As notas explicativas da Administração são parte integrantes das demonstrações financeiras.

1 Contexto operacional

O Fundo de Investimento em Cotas de Fundo de Investimento em Participações Pátria Private Equity IV ("Fundo") foi constituído sob a forma de condomínio fechado e obteve seu registro de funcionamento em 11 de junho de 2012, com prazo de duração de doze anos, podendo sua duração ser prorrogada conforme deliberação da Assembleia Geral de Cotista.

Destina-se a investidores qualificados assim definidos pelo artigo 12 da Resolução CVM nº 30/21 e alterações posteriores. O objetivo do Fundo é proporcionar a seus cotistas a valorização de capital a longo prazo por meio da aplicação de, no mínimo, 90% (noventa por cento) de seu patrimônio líquido em cotas de emissão do Brazilian Private Equity IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ/ME sob o nº 13.328.665/0001-70 ("FIP").

Os investimentos do Fundo estão sujeitos a flutuações do mercado e a riscos de crédito, existindo a possibilidade de realização de operações que coloquem em risco o patrimônio líquido do Fundo, podendo ocasionar distanciamento do objetivo do Fundo e perdas representativas de seu patrimônio.

Qualificação do Fundo

A administração do Fundo, com base na Instrução CVM nº 579, avaliou e classificou o Fundo como "Entidade de Investimento" e por esse motivo elabora exclusivamente demonstrações financeiras individuais. A classificação foi definida considerando-se os seguintes julgamentos e premissas aplicáveis às entidades de investimentos, conforme definido pela referida norma:

- ✓ O Fundo obtém recursos de um ou mais investidores com o propósito de atribuir o desenvolvimento e a gestão de uma carteira de investimento a um gestor qualificado, que possui plena discricionariedade na representação e na tomada de decisão junto às entidades investidas, não sendo obrigado consultar os cotistas para essas decisões e tampouco indicar os cotistas ou partes a eles ligadas, como representantes nas entidades investidas. Quanto a plena discricionariedade, não se caracterizam os casos em que os cotistas deliberem sobre propostas encaminhadas pelo gestor, por meio de comitê de investimento, em relação às decisões inerentes à composição da carteira do Fundo;

- ✓ O Fundo se compromete com os investidores com o objetivo de investir os recursos unicamente com o propósito de retorno através de apreciação do capital investido, renda ou ambos;

- ✓ O Fundo substancialmente é mensurado e avaliado quanto ao desempenho de seus investimentos, para fins de modelo de gestão, com base no valor justo;

O Fundo define em seu regulamento estratégias para o desinvestimento, assim como a possibilidade de propor e realizar, dentro do prazo estabelecido nas estratégias, o desinvestimento, de forma a maximizar o retorno para os cotistas.

Os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administrador ou por qualquer mecanismo de seguro ou, ainda, pelo Fundo Garantidor de Créditos - FGC.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis aos fundos de investimento em participações, regulamentados pela Resolução CVM nº 175/22 e Instrução CVM nº 579/16, complementada pelas normas previstas no Plano Contábil dos fundos de investimentos- COFI e pelas orientações emanadas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Conforme previsto na nota explicativa nº 17, o Fundo encontra-se em processo de adaptação aos novos requerimentos da Resolução CVM nº 175/22.

Na elaboração dessas demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas de preços para a contabilização e determinação dos valores dos ativos e instrumentos financeiros integrantes da carteira do Fundo. Desta forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e instrumentos financeiros, os resultados auferidos poderão ser diferentes dos estimados.

3 Descrição das principais práticas contábeis

Entre as principais práticas contábeis adotadas destacam-se:

a. Apuração do resultado
As receitas e despesas são reconhecidas de acordo com o regime de competência.

b. Cotas de fundos de investimento
As cotas de fundo de investimento são atualizadas, diariamente, com base no valor da cota divulgado pelas instituições financeiras custodiantes dos fundos onde os recursos são aplicados. Na hipótese de não divulgação das cotas, serão utilizadas as cotas do dia imediatamente anterior. As receitas e despesas decorrentes são registradas em "Resultado com cotas de fundos de investimento".

4 Investimento em Cotas de Fundos

O Fundo possui aplicações em cotas do seguinte fundo de investimento administrado por terceiro:

Fundo	Administrador	R$ Mil
Brazilian Private Equity IV - Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	Pátria Investimentos Ltda.	28.619
Total		**28.619**

As Demonstrações Financeiras do Brazilian Private Equity IV – Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram emitidas acompanhadas do relatório dos auditores independentes, o qual foi emitido em 6 de maio de 2024. O Fundo tem por objetivo obter retornos significativos e valorização do capital a longo prazo por meio de investimento em ações ou outros valores mobiliários conversíveis ou permutáveis em ações de emissão de uma mesma ou mais companhias abertas ou fechadas brasileiras.

5 Gerenciamento de riscos

Tendo em vista a natureza dos investimentos a serem realizados pelo Fundo, os cotistas devem estar cientes dos riscos a que estão sujeitos os investimentos e aplicações do Fundo, conforme descritos abaixo, não havendo, garantias, portanto, de que os recursos integralizados no Fundo serão remunerados conforme esperado pelos cotistas.

Restrições ao Resgate de cotas e Liquidez Reduzida
O Fundo, constituído sob forma de condomínio fechado, não admite o resgate de suas cotas a qualquer momento. As amortizações parciais e/ou total das cotas serão realizadas, a critério do Administrador, sempre no melhor interesse do Fundo, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos em cotas do FIP e Outros Ativos, sejam suficientes para o pagamento do valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo ou na data de liquidação do Fundo. Caso os cotistas queiram se desfazer dos seus investimentos no Fundo, será necessária a venda das suas cotas no mercado secundário, devendo ser observado, para tanto, os termos e condições dos Compromissos de Investimento referentes à subscrição e integralização de suas cotas e o disposto no regulamento do Fundo. Ainda, considerando tratar-se de um produto novo e que o mercado secundário existente no Brasil para negociação de cotas de fundos de investimento em participações apresenta baixa liquidez, os cotistas do Fundo poderão ter dificuldade em realizar a venda das suas cotas e/ou poderão obter preços reduzidos na venda de suas cotas.

Propriedade de cotas vs. Propriedade dos Ativos do Fundo
Apesar da Carteira do Fundo ser constituída, predominantemente, de cotas do FIP, a propriedade das cotas não confere aos cotistas propriedade direta sobre as cotas do FIP e/ou sobre os valores mobiliários que compõem a carteira do FIP. Os direitos dos cotistas são exercidos sobre todos os ativos da Carteira de modo não individualizado, proporcionalmente ao número de cotas integralizadas.

Distribuição Parcial das cotas
Caso não consiga o montante mínimo de subscrição para formação do Patrimônio Inicial do Fundo, o Administrador será obrigado a cancelar a respectiva oferta, incluindo eventuais Compromissos de Investimentos celebrados até a decisão de cancelamento. Toda e qualquer decisão de cancelamento deverá observar as regras previstas na Resolução CVM 160/22.

Liquidez Reduzida dos Ativos do Fundo
Caso o Fundo precise se desfazer de parte ou de todas as cotas do FIP antes do planejado, há o risco de não haver comprador para tais ativos e/ou o preço de negociação obtido poderá ser bastante reduzido devido à baixa liquidez no mercado, causando perda de patrimônio do Fundo e, consequentemente, do capital investido pelos cotistas.

Pagamento Condicionado aos Retornos dos Ativos do Fundo
Os recursos gerados pelo Fundo serão provenientes dos rendimentos, dividendos, juros sobre capital próprio, bonificações e quaisquer outras remunerações que sejam atribuídas às cotas do FIP e ao retorno do investimento no âmbito do FIP. A capacidade do Fundo de amortizar as cotas está condicionada ao recebimento pelo Fundo dos recursos acima citados.

Dificuldade na Formação da Carteira do Fundo
O FIP poderá encontrar dificuldades em identificar oportunidades atraentes de investimento, ou poderá não ser capaz de efetuar os investimentos desejados em termos economicamente favoráveis. Ademais, condições econômicas desfavoráveis podem aumentar o custo e limitar o acesso ao mercado, reduzindo a capacidade do FIP de realizar novas aquisições.

Concentração da Carteira do Fundo
O Fundo deverá aplicar, no mínimo, 90% (noventa por cento) de seu patrimônio líquido em cotas de emissão do FIP, o que implicará em concentração dos investimentos do Fundo em ativos emitidos por um único emissor e de pouca liquidez. Quanto maior a concentração dos recursos aplicados pelo Fundo em ativos de um mesmo emissor, maior é o risco a que o Fundo está exposto. Desta forma, o Fundo estará sujeito aos mesmos riscos do FIP, os quais estão substancialmente expostos nesta seção, e os resultados do Fundo dependerão dos resultados atingidos pelo FIP, bem como do setor de atuação das Companhias Alvo nas quais o FIP investirá.

Não existência de Garantia de Rentabilidade
A verificação de rentabilidade passada em qualquer fundo de investimento em cotas de fundo de investimento em participações no mercado ou no próprio Fundo não representa garantia de rentabilidade futura. Adicionalmente, a aplicação dos recursos pelo FIP em projetos que possuem riscos relacionados à capacidade de geração de receitas e pagamento de suas obrigações não permite, portanto, determinar qualquer parâmetro de rentabilidade seguro para as cotas do Fundo.

Riscos Provenientes do Uso de Derivativos
O Fundo somente poderá operar no mercado de derivativos para fins de proteção patrimonial, nas modalidades permitidas pela CVM e desde que observada as regras aplicáveis às entidades fechadas de previdência complementar, prevista na Resolução CMN n. 3.792/09, conforme alterada e quando aplicáveis. A contratação pelo Fundo de modalidades de operações de derivativos poderá acarretar variações no valor de seu patrimônio líquido superiores àquelas que ocorreriam se tais estratégias não fossem utilizadas. Tal situação poderá, ainda, implicar em perdas patrimoniais ao Fundo e aos cotistas.

Eventual Impedimento Decorrente de Acordos de Não-Concorrência
Em virtude de acordos pré-existentes de não-concorrência e outras restrições semelhantes envolvendo o Gestor e suas Partes Ligadas, o Gestor, na qualidade de instituição gestora do FIP, poderá estar impedido de avaliar e/ou realizar oportunidades de investimento em certos setores.

Risco de Governança
As cotas poderão ser negociadas no mercado secundário, de modo que novos cotistas poderão exercer influência significativa nas deliberações da Assembleia Geral de Cotistas, de forma a modificar a relação de poderes para alteração dos termos e condições do Fundo. Tal modificação poderá afetar o modo de operação do Fundo e acarretar perdas patrimoniais aos cotistas.

Outros Riscos
As aplicações realizadas no Fundo não contam com garantia do Administrador, de qualquer mecanismo de seguro ou do Fundo Garantidor de Créditos – FGC

6 Emissões, amortização e resgates de cotas

As cotas do Fundo correspondem a frações ideais do seu patrimônio.

a. Emissão
O patrimônio inicial do Fundo, após a primeira emissão de cotas, será formado por no mínimo 10.000 cotas, com o preço unitário de emissão correspondente à R$ 1.000,00 totalizando no patrimônio inicial, o valor subscrito de no mínimo R$ 10.000.

Emissões de novas cotas do Fundo (“Novas Cotas”), até o limite do Patrimônio Autorizado, poderão ser realizadas por recomendação do Administrador, e mediante aprovação pela Assembleia Geral de Cotistas. Os cotistas terão direito de preferência para subscrição de novas cotas, na proporção de suas respectivas participações no patrimônio do Fundo, na data da respectiva emissão. O direito de preferência referido poderá ser exercido apenas na Assembleia Geral de Cotistas que deliberar sobre a respectiva emissão.

b. Integralizações Subscrição
Até 31 de dezembro de 2023 os cotistas haviam integralizado 14.875,269 cotas do Fundo, totalizando o montante de R$ 28.637, correspondentes a 100,00% do Capital Comprometido.

2023	Quantidade de cotas emitidas	R$ Mil
17/08/2023	13,240041	26
23/08/2023	51,055088	103
24/08/2023	1,890929	4
28/08/2023	3,781858	8
30/08/2023	1,890399	4
Total	**71,858315**	**145**

c. Resgate

Não haverá resgate de cotas a não ser pelo término do prazo de duração do Fundo ou na hipóteses de sua liquidação.

d. Amortização

Para fins de amortização de cotas do Fundo, será considerado o valor da cota no dia do pagamento da respectiva parcela de amortização. O valor da cota para fins de pagamento de amortização será aquele correspondente ao valor do patrimônio líquido do Fundo dividido pelo número de cotas integralizadas.

Não ocorreram amortizações de cotas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

7 Remuneração do administrador

Taxa de administração

A Taxa de Administração será equivalente a 0,20% (zero vírgula vinte por cento) ao ano, calculada e provisionada considerando-se dois períodos distintos, com valor mínimo mensal de R$ 4, na forma descrita abaixo:

(i) no primeiro período de cobrança da taxa de administração, que terá duração desde a data da primeira subscrição do patrimônio inicial até o encerramento do período de investimento descrito no regulamento do Fundo, a taxa de administração será calculada sobre o valor do capital subscrito, atualizado anualmente pela variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE ("IPCA"), provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados pelo Administrador e pelo Gestor; e (ii) no segundo período de cobrança da Taxa de Administração, que se iniciará no dia útil seguinte ao encerramento do Período de Investimento e terminará na data de encerramento do Fundo, a Taxa de Administração incidirá sobre o valor do Capital Integralizado, atualizado anualmente pela variação do IPCA, provisionada diariamente, por dia útil, e paga mensalmente no 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao dos serviços prestados pelo Administrador e pelo Gestor. A remuneração pelos serviços de custódia já está incluída na Taxa de Administração e não haverá cobrança adicional por esses serviços ao Fundo.

Taxa de ingresso

No momento da primeira integralização de cotas, o cotista, adicionalmente ao valor das cotas a ser integralizado, deverá pagar uma taxa de ingresso ("Taxa de Ingresso") diretamente ao Distribuidor, cujo valor deverá corresponder a um percentual entre 0% e 1,5% sobre o valor total comprometido individualmente pelo cotista ao Fundo, de acordo com a seguinte tabela:

Valor Comprometido pelo cotista (R$)	Taxa de Ingresso
de R$ 500.000,00 a R$ 749.999,00	1,5%
de R$ 750.000,00 a R$ 999.999,00	1,0%
acima de R$ 1.000.000,00	0,0%

Sem prejuízo da Taxa de Ingresso prevista acima, o Fundo não cobrará qualquer outra taxa de ingresso, quando da subscrição e integralização de cotas, ou taxa de saída, quando do pagamento de amortização ou resgate de cotas. Sem prejuízo do disposto acima, o FIP também cobrará taxa de performance sobre os retornos gerados pela carteira do FIP.

A Taxa de Administração é a taxa de administração mínima do Fundo. Tendo em vista que o Fundo tem como objetivo aplicar, no mínimo, 90% (noventa por cento) de seu patrimônio em cotas do FIP, fica instituída a taxa de administração máxima de 2,20% (dois inteiros e vinte centésimos por cento) ao ano, compreendendo as taxas de administração do Fundo e do FIP.

As despesas correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 no montante de R$ 70 (R$ 75 em 2022), foram registradas na rubrica "Remuneração da administração e gestão".

8 Serviços de gestão e custódia e controladoria

A gestão da carteira do Fundo é realizada pela Pátria Investimentos Ltda.

As cotas de fundos administrados por outras instituições financeiras estão sob responsabilidade do administrador dos fundos investidos.

Os serviços de tesouraria, custódia e controladoria dos títulos e valores mobiliários e demais ativos financeiros do Fundo, distribuição e escrituração da emissão e resgate de cotas do Fundo são realizados pelo próprio Administrador.

9 Informações sobre transações com partes relacionadas

Em conformidade com a Instrução CVM nº 577, de 07 de julho de 2016, segue demonstradas abaixo as operações com títulos e valores mobiliários que o Fundo realizou com partes relacionadas:

a. Outras transações com partes relacionadas

	Contraparte	Natureza	R$ Mil
Disponibilidade	Banco BNP Paribas Brasil S.A	Administrador	23

	Contraparte	Natureza	R$ Mil
Despesa Taxa de Administração	Banco BNP Paribas Brasil S.A	Administrador	(70)

10 Encargos debitados do Fundo

Encargos debitados do Fundo sobre o patrimônio líquido médio:

	2023		2022	
	Valores R$ mil	% sobre o patrimônio líquido	Valores R$ mil	% sobre o patrimônio líquido
Demais Despesas				
Remuneração da administração e gestão	(70)	(0,22)	(75)	(0,20)
Despesa Taxa Fiscalização	(13)	(0,04)	(5)	(0,01)
Despesas auditoria	(2)	(0,01)	-	-
Total	(85)	(0,27)	(80)	(0,21)
Patrimônio Líquido médio do Fundo	32.070		37.552	

11 Legislação tributária

Conforme disposto no art. 32 da Instrução Normativa RFB 1.585, os cotistas de Fundos de investimento em participações estão sujeitos á alíquota de 15% de imposto de renda, incidentes sobre a diferença positiva entre o valor resgatado, amortizado ou alienado de cotas e o respectivo custo de aquisição das cotas.

Quando o cotista for residente ou domiciliado no exterior, a alíquota de imposto de renda poderá ser de 0%, observadas as condições estabelecidas no art. 95 da referida Instrução normativa.

Tais normas tributárias não se aplicam à cotistas que se configurem isentos ou imunes do imposto de renda em decorrência de legislações específicas.

12 Política de distribuição dos resultados

A distribuição de ganhos e rendimentos do Fundo aos cotistas será feita exclusivamente mediante a amortização parcial e/ou total de suas cotas.

O administrador proverá amortizações parciais e/ou amortizações totais das cotas, a qualquer momento durante o prazo de duração do Fundo, a exclusivo critério do administrador e do gestor, na medida em que o valor de ganhos e rendimentos do Fundo, em função de seus investimentos em cotas do FIP e em outros Ativos, sejam superiores ao valor de todas as exigibilidades e provisões do Fundo.

Quaisquer distribuições e titulo de amortização de cotas deverão abranger todas as cotas integralizadas do Fundo, em beneficio dos respectivos cotistas.

13 Política de divulgação das informações

O administrador envia simultaneamente à CVM exemplares de quaisquer comunicações relativas ao Fundo que tenham sido divulgadas para os cotistas ou terceiros.

Caso alguma informação do Fundo seja divulgada com incorreções ou informações não verdadeiras que possam induzir o investidor a erros da avaliação, o administrador, por iniciativa própria ou por determinação da CVM, utilizar-se-á do mesmo veículo de divulgação da informação errônea, constando de modo expresso que a informação está sendo replicada por determinação da CVM.

14 Rentabilidade

A rentabilidade mensal proporcionada pelo Fundo e o valor nominal da cota nos últimos doze meses foram os seguintes:

			Rentabilidade em %	
			Fundo	
Data	Patrimônio Líquido Médio - R$	Valor da Cota - R$	Mensal	Acumulada
30/12/2022	36.436	2.347,4739256	-	-
31/01/2023	34.774	2.353,7063419	0,27	0,27
28/02/2023	34.849	2.355,8392280	0,09	0,36
31/03/2023	34.589	2.197,6551640	(6,71)	(6,38)
30/04/2023	32.725	2.222,8560071	1,15	(5,31)
31/05/2023	32.916	2.223,8725391	0,05	(5,27)
30/06/2023	32.873	2.078,7633170	(6,53)	(11,45)
31/07/2023	30.750	2.077,2673178	(0,07)	(11,51)
31/08/2023	30.748	2.071,6323101	(0,27)	(11,75)
30/09/2023	30.719	2.017,1676735	(2,63)	(14,07)
31/10/2023	29.983	2.013,5409748	(0,18)	(14,23)
30/11/2023	29.958	2.013,6727337	0,01	(14,22)
31/12/2023	29.890	1.925,1787341	(4,39)	(17,99)

A rentabilidade nos exercícios foram as seguintes:

Data	Rentabilidade (%)	Patrimônio líquido médio - R$
Exercício findo em 31 de dezembro de 2023	(17,99)	32.070
Exercício findo em 31 de dezembro de 2022	(10,58)	37.552

A rentabilidade obtida no passado não é garantia de resultados futuros.

15 Demandas judiciais

Não há registro de demandas judiciais ou extrajudiciais, quer na defesa dos direitos dos cotistas, quer desses contra a administração do Fundo.

16 Eventos subsequentes

Em 30 de abril de 2024, o administrador convocou os cotistas para a Assembleia geral em 15 de maio de 2024, como 1º (primeira) convocação, para deliberar a respeito das providências necessárias em decorrência do término do prazo de duração do Fundo. Como não houve comparecimento de cotistas para a realização da Assembleia do FUNDO na data prevista, uma 2ª convocação foi realizada para realização de assembleia em 21 de maio de 2024. Dada a ausência de manifestação de votos, na mesma data o Administrador enviou prorrogação da assembleia para o dia 5 de junho de 2024, em 1ª (primeira) convocação, e 2ª (segunda) convocação para o dia 11 de junho de 2024, às 09h30. Até a data de aprovação das demonstrações financeiras, não houve conclusão da Assembleia para deliberar sobre as matérias propostas.

17 Prestação de outros serviços e política de independência do auditor

De acordo com a Instrução CVM nº 577, de 07 de jjulho de 2016, registre-se que a Administração, no exercício, não contratou nem teve serviços prestados pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. relacionados aos fundos de investimento por ela administrados que não aos serviços de auditoria externa referentes a esses fundos. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com os critérios internacionalmente aceitos, quais sejam, o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais no seu cliente ou promover os interesses deste.

18 Outros assuntos

A Medida Provisória nº 1.184/2023, publicada em 28 de agosto de 2023, altera a tributação de aplicações em fundos de investimento no país para Fundos Fechados, com objetivo de aplicar, sob os rendimentos apurados em fundos de investimento fechados, as mesmas regras e as alíquotas atualmente em vigor relativas aos fundos abertos. Devendo ser aprovada pelo Congresso Nacional e convertida em lei até 04/02/2024 sob pena de perda da sua eficácia.

A Comissão de Valores Mobiliários (CVM) publicou em 23 de dezembro de 2022 a Resolução CVM nº 175, que dispõe sobre a constituição, o funcionamento e a divulgação de informações dos fundos de investimento, bem como sobre a prestação de serviços, em substituição à Instrução CVM nº 578. As modificações introduzidas pela Resolução CVM nº 175, entrarão em vigor a partir de 2 de outubro de 2023, sendo que os fundos de investimento em funcionamento nessa data, têm até 30 de junho de 2025 para se adaptar à nova Resolução. A Administradora está avaliando os eventuais impactos, os quais poderão vir a ser objeto de aprovação em assembleia de cotistas.

* * *

Fernanda Posatto Leite
Diretor Responsável

Cristina Andrade Santana
CRC 1SP283337/O-9